

APRESENTAÇÃO

Imperialismo: teoria, experiência histórica e características contemporâneas

Estamos em meio a mais uma grande crise do capital e vivenciando um momento crítico – econômica e socialmente falando – do imperialismo. Sua compreensão exige retornar a reflexão sobre o volume de transformação que a expansão do capitalismo produz e impõe, ao expandir sua acumulação e atuar como se ela fosse infinita. Não se trata apenas das modificações mais visíveis, como as econômicas – novos produtos, grandes conglomerados (corporações), proprietários quase abstratos (acionistas ou “marcas”), novos setores predominantes ou novas tecnologias – ou os formatos institucionais. Marx, ao explicitar, no Manifesto do Partido Comunista, que a burguesia deve revolucionar constantemente os instrumentos de produção e as relações de produção, enfatizava que isso correspondia a revolucionar o conjunto das relações sociais. Diferentemente dos períodos históricos pré-capitalistas, cuja condição de existência reposava sobre a permanência e a tradição, a dinâmica capitalista impõe transformações brutais na vida social de parcelas sempre crescentes da população planetária. Se há uma tradição capitalista, ela se traduz no desenraizamento permanente, na exigência constante de comprimir o tempo e o espaço, resultantes da necessidade imperiosa do capital de expandir-se através da subalternização de massas sempre ampliadas de trabalhadores, capazes de valorizar massas gigantescas de capital, ao mesmo tempo em que procura desvincular-se desses mesmos trabalhadores que não sua subalternidade.

O imperialismo, já em primórdios do século XX, representou uma dessas revoluções do capital, que modificou o panorama mundial para assegurar a permanência da extração do mais-valor e a reprodução ampliada do capital. Com Lênin, aprendemos a analisar uma modificação qualitativa no capitalismo, resultante das transformações impostas nas relações sociais – já então mundiais – pela nova escala de concentração de capitais que tinha lugar nos países centrais.

Estamos vivendo um período no qual ocorreu um novo impulso de centralização e concentração de capitais, frente ao qual os parâmetros anteriores parecem tímidos e limitados. A parábola do mundo intensificou-se, de inícios do século XX para este primórdio do século XXI, trazendo novos formatos. A exportação de capitais e sua correspondente e cristalizada divisão internacional do trabalho, deu lugar a uma mega-concentração internacionalizada de capitais, a novas formas de expropriação social e a uma socialização internacionalizada do processo de produção e da força de trabalho de novo tipo, sob a batuta de um capital que se pulveriza para assegurar sua concentração. As organizações dos trabalhadores foram frontalmente atacadas ao mesmo tempo em que o processo de trabalho e as formas jurídicas de sua contratação procuram pulverizar a classe trabalhadora. A capacidade multiplicada de destruição da natureza ameaça destruir a própria humanidade.

Em poucos mais de 30 dias, os EUA – e uma série de Bancos Centrais de diferentes países em redor do planeta – disponibilizaram mais de um trilhão de dólares tentando redefinir a crise financeira, resultante de uma sobreacumulação de capitais e do estímulo ao capital fictício. Esta última, entretanto, produziu efeitos sociais bem reais, intensificando as expropriações primárias (da terra) e secundárias (de direitos, de proximidade entre os trabalhadores) e modificando as próprias relações sociais, objetivas e subjetivamente. Uma nova socialidade imperialista vem sendo posta em prática e ela se espalha na política (biogovernança e irrelevância dos partidos), na intensa disponibilização (“libertação”) de trabalhadores inflexivelmente reduzidos a seres flexíveis para o capital, na cultura, no empresariamento generalizado e nas formas de comportamento.

Ao contrário do que propugnam algumas teses, não há uma cisão entre o capital financeiro e o produtivo, uma vez que capital financeiro é a fusão de diversos tipos de capital. Capital bancário e capital produtivo são faces do mesmo processo de acumulação atual. A contradição entre acumulação, concentração e expansão chega ao seu limite em uma crise que não é inaugural, mas cíclica, embora com características próprias.

Depois de 30 anos bloqueando qualquer recurso público para as áreas sociais, o papel do Estado como “gestor dos negócios da burguesia” é exercido hoje ainda mais explicitamente. A inflexão ocorrida na forma da política (a intervenção e a estatização) não deve obscurecer a permanência da mesma política: prossegue a doação de recursos públicos ao grande capital, impulsionando ainda mais sua concentração. Isso significa que os estados estão comprometendo nosso futuro sob o tácio do capital, que continua a capitanear as operações de salvamento de suas condições de predomínio. Qualquer modificação diferente daquelas que visam recompor a expansão capitalista dependerá da luta da classe trabalhadora, que deverá agora fazer frente tanto aos capitais de seu próprio país como aos capitais internacionalizados.

Este dossiê de História & Luta de Classes se alia ao combate de nosso tempo: avança no compromisso teórico do imperialismo e socializa a reflexão de um processo histórico e de suas diferentes modalidades, de modo a cooperar para a emancipação dos trabalhadores e da humanidade.

Abriro a revista, temos um objeto incornam à problemática do imperialismo - *No auge do imperialismo: o império egípcio do PPT antes de Cristo*. O artigo, de autoria de Fábio Frizzo, mostra a possibilidade e a necessidade de um diálogo entre o passado, a História Antiga, e o presente ao apresentar a hipótese de que o Egito se configurou como um dos